

# SMG\_Resultados 2025



Santa Maria Geração e  
Transmissão de Energia Ltda.

**Demonstrações Financeiras de 2025**

Rua Aurélio Gatti, 22  
Esplanada - Colatina/ES  
CEP: 29702-642  
Tel.: (27) 2101-2323

**SUMÁRIO**

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>7</b>
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO .....	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	11
<b>NOTAS EXPLICATIVAS.....</b>	<b>12</b>
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	14
3. INFORMAÇÕES MATERIAIS DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	16
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	18
5. CONTAS A RECEBER.....	18
6. TRIBUTOS.....	18
7. IMOBILIZADO.....	21
8. FORNECEDORES .....	22
9. MÚTUOS ENTRE PARTES RELACIONADAS .....	22
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS .....	23
11. PROVISÕES.....	23
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	24
13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	24
14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	26
15. RESULTADO FINANCEIRO.....	27
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	28
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	28
18. COBERTURA DE SEGUROS.....	31
19. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS .....	31
<b>CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>35</b>

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

Senhores sócios,

A Administração da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda. (“SMG” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, destacando os principais eventos societários, o desempenho econômico-financeiro e a evolução operacional das centrais geradoras hidrelétricas (“CGHs”).

## 1. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E GOVERNANÇA EM 2025

O exercício de 2025 foi marcado por um processo estruturado de reorganização societária e ajuste de governança, inserido no contexto de consolidação da estrutura do grupo econômico ao qual a Companhia pertence e de racionalização de sua forma jurídica.

### 1.1 Incorporação de ações e consolidação da estrutura acionária

Em 17 de abril de 2025, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Santa Maria Participações S.A. (“SMP”), nos termos do artigo 252 da Lei nº 6.404/76.

A operação foi precedida de laudo de avaliação contábil elaborado com base em balanço patrimonial levantado em 28 de fevereiro de 2025, que apurou patrimônio líquido de R\$ 687.435,22.

Com a conclusão da operação, a Companhia passou à condição de subsidiária integral da SMP, mantendo-se como pessoa jurídica distinta, sem solução de continuidade de suas atividades, preservando a titularidade de seus ativos e passivos e a regularidade de seus contratos, registros e autorizações operacionais.

A incorporação de ações representou etapa relevante do processo de simplificação societária do grupo, permitindo a unificação da base acionária, maior alinhamento estratégico entre controladora e controlada e centralização das diretrizes de governança.

### 1.2 Deliberações ordinárias e estrutura de administração

Em 29 de abril de 2025 foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício de 2024 e deliberadas matérias relativas à administração da Companhia, incluindo eleição da Diretoria e definição quanto à sua remuneração.

As deliberações reforçaram a continuidade da gestão e a manutenção de diretrizes prudenciais adotadas pela Companhia, especialmente em cenário de ajuste operacional e reavaliação estratégica dos ativos de geração.

### 1.3 Transformação societária, aumento de capital e adequação da governança

Em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a transformação da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada unipessoal, sem solução de continuidade das operações.

## Resultados de 2025

A transformação foi acompanhada de aumento do capital social e de ajustes na estrutura administrativa, incluindo alterações na composição e designação dos administradores, adequando-se a governança ao novo tipo societário.

A mudança de natureza jurídica não implicou alteração da personalidade jurídica da Companhia, permanecendo inalterados seus direitos, obrigações, contratos, registros contábeis e regularidade operacional.

Essa etapa consolidou o processo de simplificação societária iniciado no primeiro semestre do exercício, alinhando a estrutura jurídica à realidade operacional da Companhia e à condição de subsidiária integral.

## 2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 2.1 Receita operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 1.741 mil, em comparação com R\$ 1.520 mil no exercício anterior.

A variação observada entre os exercícios decorre de fatores operacionais e comerciais relacionados à geração e comercialização de energia elétrica.

### 2.2 Estrutura de custos e despesas

Os custos operacionais totalizaram R\$ 1.155 mil em 2025, frente a R\$ 1.377 mil em 2024. As despesas operacionais totalizaram R\$ 482 mil, em comparação com R\$ 306 mil no exercício anterior.

Observa-se redução nos custos operacionais, com destaque para a menor necessidade de aquisição de energia elétrica para revenda e a redução das despesas com pessoal no período. Por outro lado, houve aumento nas despesas operacionais, principalmente na rubrica de serviços de terceiros.

Esse crescimento está associado, principalmente, à adoção, a partir de 2025, do modelo de compartilhamento de atividades administrativas e de suporte por meio do Centro de Serviços Compartilhados da Santa Maria Participações S.A. (“SMP”), responsável pela prestação de serviços de *backoffice* à Companhia. A iniciativa visa centralizar funções administrativas do grupo e promover maior eficiência operacional, refletindo uma mudança no perfil da estrutura de gastos da Companhia.

### 2.3 Resultado do exercício e avaliação de recuperabilidade dos ativos

Em 2025, a Companhia encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 34 mil, ante prejuízo de R\$ 849 mil registrado em 2024.

A evolução do resultado reflete a combinação entre a variação da receita, o comportamento dos custos operacionais e a dinâmica das despesas no período.

No exercício de 2024, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Em 2025, a Administração realizou avaliação qualitativa dos ativos, concluindo pela inexistência de indicadores de desvalorização que justificassem a realização de novo teste no período. Assim, não houve reconhecimento de novas perdas por *impairment* em 2025.

## **Resultados de 2025**

### **2.4 Estrutura patrimonial e liquidez**

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo total da Companhia somava R\$ 1.316 mil, frente a R\$ 1.225 mil em 31 de dezembro de 2024. O patrimônio líquido atingiu R\$ 764 mil, comparativamente a R\$ 682 mil no exercício anterior.

A variação do patrimônio líquido reflete o resultado do exercício e o aumento de capital aprovado no período.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 227 mil, em comparação com R\$ 362 mil em 2024, mantendo nível compatível com as necessidades operacionais da Companhia.

### **3. GESTÃO OPERACIONAL DAS CENTRAIS GERADORAS**

A Companhia opera quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), cuja sustentabilidade operacional e econômica é permanentemente monitorada pela Administração. O exercício de 2025 foi conduzido sob diretrizes de disciplina operacional, reavaliação contínua da estrutura de custos e alinhamento estratégico à nova configuração societária do grupo.

A gestão das unidades considerou não apenas o desempenho individual de geração, mas também a relação entre estrutura fixa de custos, necessidade de investimentos e retorno econômico esperado, especialmente nas unidades com maior pressão estrutural.

#### **3.1 Unidades em operação – Santa Maria e Cachoeira do Oito**

As CGHs Santa Maria e Cachoeira do Oito permaneceram operacionais ao longo do exercício.

Conforme reportado no exercício anterior, tais unidades apresentavam estrutura de custos relevante em comparação à capacidade instalada e ao volume efetivo de geração.

Em 2025, a Administração manteve o acompanhamento sistemático da eficiência operacional dessas unidades, avaliando alternativas voltadas à otimização de sua estrutura de custos e à melhoria de sua previsibilidade operacional.

#### **3.2 Unidade sob avaliação – CGH Tabocas**

A CGH Tabocas permaneceu inoperante e sob análise quanto à sua viabilidade técnico-econômica.

Dando continuidade às diretrizes estabelecidas no exercício anterior, a Administração manteve avaliação estruturada acerca das condições necessárias para eventual retomada operacional ou redirecionamento estratégico do ativo, considerando aspectos técnicos, financeiros e regulatórios.

#### **3.3 Unidade com operação estável – CGH Cachoeira da Onça**

A CGH Cachoeira da Onça manteve operação regular ao longo de 2025, contribuindo para a estabilidade do portfólio de geração da Companhia.

A Administração seguiu monitorando indicadores operacionais, necessidades de manutenção e adequação técnica do ativo, preservando sua regularidade operacional.

## **Resultados de 2025**

---

### **3.4 Gestão integrada do portfólio de geração**

A condução das operações em 2025 foi orientada por visão integrada do portfólio de ativos, buscando equilíbrio entre eficiência operacional, disciplina de custos e preservação da capacidade produtiva.

Esse acompanhamento contínuo fundamentou a avaliação realizada quanto à recuperabilidade dos ativos no exercício, que concluiu pela inexistência de indicadores de desvalorização.

### **4. PERSPECTIVAS E COMPROMISSOS**

Em 2024, foram destacadas como diretrizes prioritárias a sustentabilidade econômico-financeira das unidades geradoras, a racionalização da estrutura de custos, a avaliação de medidas de eficiência operacional, incluindo automação, e a análise da viabilidade técnico-econômica de ativos com desempenho inferior ao esperado.

Ao longo de 2025, essas diretrizes permaneceram como referência para a condução das atividades da Companhia, em especial no contexto da reorganização societária e da consolidação do modelo operacional.

A estabilização do resultado no exercício, a revisão da estrutura de custos e o acompanhamento contínuo da performance das unidades inserem-se na continuidade desse processo iniciado no exercício anterior.

As análises relacionadas à eficiência operacional das unidades com maior pressão estrutural e à viabilidade de ativos sob avaliação permanecem integradas ao processo regular de gestão da Companhia.

A Administração reafirma seu compromisso com a disciplina financeira, a adequada alocação de recursos e a condução transparente das decisões que impactem a sustentabilidade de longo prazo da Companhia.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balancos patrimoniais – Ativo

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	227	362
Contas a receber	5	152	35
Tributos correntes	6	9	8
Despesas pagas antecipadamente		11	11
Outros ativos circulantes		14	14
<b>Total do circulante</b>		<b>413</b>	<b>430</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		32	-
Imobilizado	7	871	795
<b>Total do não circulante</b>		<b>903</b>	<b>795</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.316</b>	<b>1.225</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais – Passivo

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	8	111	5
Obrigações sociais e trabalhistas	10	28	47
Tributos	6	25	67
Valores a repassar - partes relacionadas		-	82
Outros passivos circulantes		14	14
<b>Total do circulante</b>		<b>178</b>	<b>215</b>
<b>Não circulante</b>			
Mútuos entre partes relacionadas	9	334	301
Provisões	11.1	35	22
Outros passivos não circulantes		5	5
<b>Total do não circulante</b>		<b>374</b>	<b>328</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	1.500	1.452
Prejuízos acumulados	12.1	(736)	(770)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>764</b>	<b>682</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.316</b>	<b>1.225</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados dos exercícios****Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.****Demonstrações dos resultados dos exercícios****Em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Em milhares reais)*

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	13	<b>1.741</b>	<b>1.520</b>
<b>Custos operacionais</b>	14	<b>(1.155)</b>	<b>(1.377)</b>
Custo com energia elétrica		(614)	(667)
Custo de operação		(541)	(710)
<b>Lucro bruto</b>		<b>586</b>	<b>143</b>
Perdas por <i>impairment</i>	7	-	(648)
Despesas operacionais	14	(482)	(306)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>104</b>	<b>(811)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	15	<b>(19)</b>	<b>22</b>
Receitas financeiras		27	50
Despesas financeiras		(46)	(28)
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>		<b>85</b>	<b>(789)</b>
<b>Impostos</b>	16	<b>(51)</b>	<b>(60)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(51)	(86)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>34</b>	<b>(849)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares reais)

	Reserva de Lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício a deliberar	Lucros (prejuízos) acumulados	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	1.452	54	25	408	-	1.939
Dividendos	-	-	-	(408)	-	(408)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(849)	(849)
Compensação de prejuízos	-	(54)	(25)	-	79	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	1.452	-	-	-	(770)	682
Aumento capital (Nota 12.1)	48	-	-	-	-	48
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34	34
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	34	(34)	-
Compensação de prejuízos	-	-	-	(34)	34	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	1.500	-	-	-	(736)	764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos impostos		85	(789)
<b>Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	7	34	63
Provisão para redução ao valor recuperável	7	-	648
Provisão para litígios	11.1	13	(149)
		<b>132</b>	<b>(227)</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Contas a receber	5	(117)	154
Tributos correntes	6	(1)	(8)
Despesas pagas antecipadamente		-	(1)
Depósitos judiciais		(32)	-
		<b>(150)</b>	<b>145</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Fornecedores		106	5
Obrigações sociais e trabalhistas	10	(19)	-
Tributos	6	(42)	(9)
Provisões			
Valores a repassar - partes relacionadas		(82)	82
Outros passivos circulantes		-	6
		<b>(37)</b>	<b>84</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>			
		<b>(55)</b>	<b>2</b>
Imposto de renda e contribuição social	16	(51)	(60)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>			
		<b>(106)</b>	<b>(58)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	7	(110)	(19)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>			
		<b>(110)</b>	<b>(19)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Mútuo recebido de partes relacionadas	9	-	301
Encargos sobre mútuo entre partes relacionadas	9	33	23
Amortização de mútuo entre partes relacionadas	9	-	(394)
Dividendos pagos		-	(655)
Aumento de capital		48	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>			
		<b>81</b>	<b>(725)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(135)</b>	<b>(802)</b>
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>			
		362	1.164
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(135)</b>	<b>(802)</b>
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>			
		227	362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS****Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda.****Notas explicativas às demonstrações financeiras do  
exercício social findo em 31 de dezembro de 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. Contexto operacional**

A Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda. (“SMG” ou “Companhia”) é uma sociedade empresária limitada unipessoal, de direito privado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia tem como atividade principal a exploração técnica e comercial de instalações de geração e transmissão de energia elétrica.

A SMG opera quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH’s), cujas potências instaladas e garantias físicas de energia são:

<b>CGH</b>	<b>Potência Instalada (MW)</b>	<b>Garantia Física (MW médios)</b>	<b>Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG)</b>
Santa Maria	0.240	0.16	CGH.PH.ES.027182-9.01
Cachoeira do Oito	0.206	0.14	CGH.PH.ES.000491-0.01
Tabocas	0.455	0.22	CGH.PH.ES.002792-8.01
Cachoeira da Onça	0.900	0.70	CGH.PH.ES.000428-6.01

Em 17 de abril de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Santa Maria Participações S.A. (“SMP”), nos termos do artigo 252 da Lei nº 6.404/76.

A operação foi realizada com base no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia apurado em balanço patrimonial levantado em 28 de fevereiro de 2025, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Em decorrência da referida incorporação de ações, a Companhia passou a ser subsidiária integral da SMP, permanecendo como pessoa jurídica distinta, sem dissolução ou transferência de seus ativos, passivos, direitos e obrigações.

A operação representou exclusivamente alteração na composição acionária, não produzindo efeitos a posição patrimonial e financeira da Companhia, tampouco sobre o resultado do exercício.

**1.1 Situação operacional das centrais geradoras hidrelétricas e avaliação da Administração**

A Companhia opera quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas (“CGHs”), cada uma tratada pela Administração como unidade geradora de caixa para fins de avaliação econômica e contábil.

As unidades Santa Maria e Cachoeira do Oito permaneceram em operação ao longo do exercício, apresentando, conforme já observado em períodos anteriores, estrutura de custos relativamente elevada em relação à sua capacidade de geração. Nesse contexto, a Administração mantém

## Resultados de 2025

acompanhamento contínuo da eficiência operacional dessas unidades, avaliando alternativas voltadas à otimização da estrutura de custos e à melhoria da eficiência operacional.

A CGH Tabocas permaneceu inoperante durante o exercício, estando sujeita a avaliações técnico-econômicas quanto às alternativas de retomada operacional ou eventual redirecionamento estratégico do ativo, considerando aspectos técnicos, financeiros e regulatórios.

A CGH Cachoeira da Onça manteve operação regular ao longo do exercício, contribuindo para a estabilidade do portfólio de geração da Companhia.

### Impactos no exercício de 2024

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício anterior, a Companhia reconheceu, em 2024, perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no montante de R\$ 648, relacionada às CGHs Santa Maria, Cachoeira do Oito e Tabocas, decorrente da revisão das premissas econômicas e operacionais dessas unidades (Nota 7).

No exercício de 2025, a Administração realizou avaliação qualitativa dos ativos, considerando o desempenho operacional das unidades, a estrutura de custos e as condições de mercado aplicáveis ao setor elétrico. Com base nessa análise, não foram identificados indicadores adicionais de desvalorização que justificassem a realização de novo teste formal de recuperabilidade no período.

### Continuidade operacional e perspectivas

A Administração conduz monitoramento contínuo da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, considerando, entre outros fatores, a geração de caixa operacional, a estrutura patrimonial, o suporte no âmbito do grupo econômico ao qual pertence e o desempenho operacional de suas unidades geradoras.

Nesse contexto, as análises relacionadas à eficiência operacional das centrais geradoras hidrelétricas e à viabilidade técnico-econômica de determinados ativos permanecem integradas ao processo regular de gestão da Companhia.

Essas avaliações são consistentes com o pressuposto de continuidade operacional adotado na elaboração das presentes demonstrações financeiras.

### 1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal (em substituição ao PIS e à Cofins) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (em substituição ao ICMS e ao ISS).

A reforma também criou o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, destinado à tributação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, cuja lista será definida em legislação complementar.

## Resultados de 2025

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários atual e novo coexistirão.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/2026 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária gera impactos relevantes nos processos tributários e operacionais, exigindo investimentos em tecnologia, processos e maior integração das áreas internas para adaptação ao novo modelo tributário. Nesse sentido, a Companhia vem desenvolvendo estudos estruturados para avaliação dos potenciais impactos da Reforma em suas operações, abrangendo a revisão de sistemas, processos e controles fiscais. Ao longo de 2025, as iniciativas relacionadas à Reforma concentraram-se na preparação para o ano de “teste”, que consistiu na alteração do layout dos documentos fiscais e na aplicação de alíquotas de 1% de IBS/CBS, sem impacto financeiro. Embora o Governo tenha postergado a entrada em vigor dessa etapa (inicialmente prevista para 1º de janeiro de 2026), a Companhia manteve seu cronograma de planejamento e concluiu a atualização dos sistemas na data originalmente definida.

A Companhia encontra-se em fase de mensuração dos impactos financeiros esperados a partir de 2027, data da efetiva implantação da CBS e extinção do PIS/COFINS. Considerando o estágio atual de regulamentação e o cronograma de transição, a Administração conclui que não existem impactos materiais a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

## 2. Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) estabelecidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando no curso normal de seus negócios e concluiu que não existem eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam gerar incerteza material quanto à sua continuidade operacional.

Dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2026.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Por definição, os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas, que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão relacionadas ao registro dos efeitos decorrentes de:

Item	Incerteza	Nota
Redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> )	Estimativa do montante recuperável do ativo	2.5
Provisão para litígios e passivos contingentes	Definição da probabilidade e magnitude das saídas estimadas de recursos com perdas em processos judiciais	11

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado.

A Companhia considera cada Central Geradora Hidrelétrica (CGH) como uma unidade geradora de caixa (UGC), pois cada usina opera de forma independente, gerando fluxos de caixa próprios e sendo avaliada individualmente quanto à sua capacidade de recuperação de valor.

### 2.5.1 Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### 2.5.2 Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou avaliação qualitativa dos ativos, nos termos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, incluindo o monitoramento das premissas utilizadas no teste de recuperabilidade realizado no exercício anterior, conforme detalhado na Nota 7(a). Com base nessa avaliação, concluiu que não houve identificação de indicadores de perda por redução ao valor recuperável que demandassem a realização de novo teste formal de *impairment*, tampouco de indicadores que justificassem a reversão das perdas reconhecidas anteriormente. Dessa forma, não foram reconhecidas perdas adicionais por redução ao valor recuperável no exercício.

## 3. Informações materiais das políticas contábeis

As informações materiais das políticas contábeis adotadas pela Companhia se encontram descritas em detalhes nas notas explicativas próprias e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### 3.1 Adoção das IFRSs novas e revisadas

#### 3.1.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações à IAS 21 definem como avaliar se uma moeda é conversível por outra e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A moeda é considerada conversível quando a entidade pode obter outra moeda dentro de um prazo razoável e por meio de um mecanismo de mercado. Se a conversibilidade for limitada, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista para refletir as condições econômicas vigentes. A entidade pode usar taxas de câmbio observáveis ou outras técnicas de estimativa. As alterações também exigem divulgação de como a conversibilidade afeta o desempenho financeiro da entidade. Além disso, um novo apêndice foi adicionado à IAS 21 com orientações e exemplos ilustrativos. Essas mudanças são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, com adoção antecipada permitida, mas não podem ser aplicadas retrospectivamente.
OCPC 10 – Créditos de Carbono	Aprovada pelo CFC e alinhada às discussões internacionais do IASB, esta orientação estabelece os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono. A norma exige a segregação com base na destinação: (i)

Norma	Descrição
	Estoques, para créditos destinados à venda; ou (ii) Ativos Intangíveis, para créditos destinados à compensação de emissões próprias. Em ambos os casos, a mensuração inicial é realizada pelo custo de aquisição ou de geração.

### 3.1.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo muitas de suas exigências e adicionando novas. Algumas exigências da IAS 1 foram transferidas para a IAS 8, IFRS 7 e outras normas. A IFRS 18 introduz novas obrigações, como a apresentação de categorias e subtópicos específicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e melhorias na agregação e desagregação de informações. A IFRS 18 deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas outras normas entram em vigor quando a IFRS 18 for adotada e devem ser aplicadas retrospectivamente com disposições de transição.
IFRS 19 - Subsidiárias Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis forneçam divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras, desde que não tenham responsabilidade pública e que sua controladora final ou intermediária prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme as IFRS. A norma é opcional para essas subsidiárias e exige que elas atendam a critérios específicos, como não ter instrumentos negociados publicamente e não atuar em áreas de responsabilidade pública, como bancos e seguradoras. A IFRS 19 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Se adotada antecipadamente, a entidade deve seguir exigências de divulgação modificadas.
Emendas à Classificação e Medição de Instrumentos Financeiros - Alterações às IFRS 9 e IFRS 7	Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 9 e IFRS 7, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações esclarecem aspectos relacionados ao reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, incluindo exceção aplicável a passivos financeiros liquidados por determinados sistemas eletrônicos de transferência, bem como aprimoram as orientações para avaliação do critério SPPI. Adicionalmente, introduzem requerimentos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contratuais que possam modificar fluxos de caixa e atualizam as divulgações aplicáveis a instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI).
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Em setembro de 2024, o IASB emitiu melhorias pontuais às normas IFRS, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. As alterações incluem: (i) ajustes na IFRS 1 para aprimorar a consistência com os requerimentos de contabilidade de hedge previstos na IFRS 9 e melhorar a clareza de sua aplicação; (ii) atualização da terminologia da IFRS 7 para alinhamento com a IFRS 13; (iii) esclarecimentos na IFRS 9 quanto à contabilização da baixa de passivos de arrendamento e ajuste terminológico relacionado ao conceito de preço de transação em alinhamento com a IFRS 15; (iv) esclarecimento na IFRS 10 quanto à identificação de agentes de fato; e (v) ajuste terminológico na IAS 7, substituindo o termo “método de custo” por “ao custo”.
Contratos Referentes à Eletricidade Dependente da Natureza – Alterações às IFRS 9 e IFRS 7	Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 9 e IFRS 7, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações esclarecem a aplicação do critério de “uso próprio” a contratos de compra de eletricidade dependentes da natureza, permitem a designação desses contratos como instrumentos de hedge e introduzem requisitos adicionais de divulgação relacionados aos seus efeitos sobre o desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Exceto em relação às alterações de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 18, a Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

O IFRS 18 entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

## Resultados de 2025

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim representado:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	66	111
Aplicações financeiras de curto prazo	161	251
<b>Total</b>	<b>227</b>	<b>362</b>

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 equivale em média a 98% do CDI (97% em 2024). As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado.

### 5. Contas a receber

Os saldos de clientes são reconhecidos pelo valor faturado e são provenientes dos contratos de comercialização de energia firmados. Os vencimentos são negociados livremente pelas partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita. Em virtude da inexistência de valores em atraso, a Companhia não constituiu, para os exercícios de 2025 e 2024, perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”).

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Fornecimento faturado</b>		
Comercial – partes relacionadas	-	35
Comercial	152	-
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>35</b>

### 6. Tributos

#### 6.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativos Compensáveis</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	9	8
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>8</b>

## Resultados de 2025

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Passivos a Recolher</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	7	10
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	5	8
Programa de integração social – PIS	1	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	3	5
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	31
Instituto nacional de seguridade social - INSS	6	10
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	3	2
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>67</b>

## Resultados de 2025

<b>Movimentação</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
<b>Ativos Compensáveis</b>						
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	8	-	1	-	-	9
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	1	-	-	(1)	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>9</b>

<b>Movimentação</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualizações</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
<b>Passivos a Recolher</b>						
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	10	28	-	(30)	(1)	7
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	8	23	-	(26)	-	5
Programa de integração social - PIS	1	12	-	(12)	-	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	5	52	-	(54)	-	3
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	31	1	-	(32)	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	10	94	-	(98)	-	6
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	2	18	-	(17)	-	3
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	22	-	(22)	-	-
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>250</b>	<b>-</b>	<b>(291)</b>	<b>(1)</b>	<b>25</b>

## Resultados de 2025

### 7. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Composição	Taxas anuais médias Ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Provisão para Redução ao Valor Recuperável (“ <i>impairment</i> ”)(a)	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Geração - Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos	-	10	-	(9)	1	1
Reservatórios, barragens e adutoras	2,72%	954	(426)	(485)	43	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	164	(38)	(17)	109	-
Máquinas e equipamentos	3,04%	1.396	(541)	(137)	718	750
<b>Total do imobilizado</b>		<b>2.524</b>	<b>(1.005)</b>	<b>(648)</b>	<b>871</b>	<b>795</b>

(a) **Provisão para Redução ao Valor Recuperável (“*impairment*”)**: Em conformidade com a política contábil descrita na Nota 2.5 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou, no exercício de 2024, testes de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa (UGCs) relacionadas aos empreendimentos CGH Santa Maria, CGH Cachoeira do Oito e CGH Tabocas. Os testes consideraram projeções de fluxo de caixa descontado, premissas de geração de energia, preços esperados e taxa de desconto compatível com o risco dos ativos, resultando no reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável no montante total de R\$ 648. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração monitorou as premissas operacionais e financeiras utilizadas na mensuração original e concluiu que não foram identificados indicadores de recuperação ou de agravamento das perdas reconhecidas anteriormente, não sendo necessária a realização de novo teste de recuperabilidade ou a reversão das perdas registradas. O valor contábil líquido dessas unidades geradoras de caixa reflete o respectivo valor recuperável apurado na data do teste originalmente realizado.

A movimentação do imobilizado é apresentada como segue:

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Geração - Imobilizado em serviço</b>				
Terrenos	1	-	-	1
Reservatórios, barragens e adutoras	44	-	(1)	43
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	110	(1)	109
Máquinas e equipamentos	750	-	(32)	718
<b>Total do imobilizado</b>	<b>795</b>	<b>110</b>	<b>(34)</b>	<b>871</b>

## Resultados de 2025

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Provisão para Redução ao Valor Recuperável (“impairment”)	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Geração - Imobilizado em serviço</b>					
Terrenos	10	-	-	(9)	1
Reservatórios, barragens e adutoras	551	-	(22)	(485)	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	18	-	(1)	(17)	-
Máquinas e equipamentos	908	19	(40)	(137)	749
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.487</b>	<b>19</b>	<b>(63)</b>	<b>(648)</b>	<b>795</b>

### 8. Fornecedores

Composição	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento – CCEE - MCP (a)	107	-
Materiais e Serviços	4	5
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>5</b>

(a) **Suprimento – CCEE – MCP:** engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2025. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

### 9. Mútuos entre partes relacionadas

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, conforme demonstrado a seguir:

Composição	Taxa	31/12/2025		31/12/2024	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Santa Maria Participações S.A.	Selic	-	334	-	301
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>334</b>	<b>-</b>	<b>301</b>

As mutações dos contratos estão demonstradas conforme segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>371</b>	<b>-</b>	<b>371</b>
Ingressos	-	301	301
Encargos	27	-	27
IRRF	(4)	-	(4)
Amortizações (principal e encargos)	(394)	-	(394)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>301</b>	<b>301</b>
Encargos	-	33	33
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>334</b>	<b>334</b>

## Resultados de 2025

O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2025, possui vencimento programado para dezembro de 2027.

### 10. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Folha de pagamento líquida	5	17
Férias a pagar (incluindo encargos sociais)	21	28
Previdência privada	1	2
Consignações em favor de terceiros	1	-
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>47</b>

### 11. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

#### 11.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir a perda estimada como provável para a única ação em curso movida contra a Companhia, como segue:

Movimentação	Trabalhistas
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>22</b>
Constituições (a)	10
Atualizações (a)	3
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>35</b>

(a) **Constituições, atualizações e reversões:** Trata-se do complemento da provisão constituída, referente a ação trabalhista nº 0000275-51.2019.5.17.0141, na qual a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. é parte solidária da ação, sendo discutida a equiparação do salário recebido ao piso estabelecido em CCT com reflexo em férias, FGTS, gratificação natalina, contribuições previdenciárias e aviso prévio indenizado. O montante constituído é atualizado

## Resultados de 2025

monetariamente pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, conforme decisão emitida pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam ações que envolvessem risco de perda classificados pela Administração como possíveis ou remotos.

### 12. Patrimônio líquido

#### 12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 1.452, representado por 964.575 ações ordinárias e 487.442 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de abril de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Santa Maria Participações S.A. (“SMP”), nos termos do artigo 252 da Lei nº 6.404/76, tornando a Companhia sua subsidiária integral. Referida operação representou alteração na composição acionária da Companhia, não implicando modificação em seu capital social.

Em 1º de outubro de 2025, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 48, subscrito e integralizado em moeda corrente pela SMP, elevando o capital social para R\$ 1.500.

Na mesma data, foi deliberada a transformação da forma jurídica da Companhia, que passou a ser organizada sob a forma de sociedade empresária limitada unipessoal. Em decorrência da transformação, as ações anteriormente emitidas foram convertidas em quotas representativas do capital social, sem alteração do respectivo valor.

O capital social da Companhia está assim representado:

Espécie / Classe	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	-	-	964.575	966
Preferenciais	-	-	487.442	486
Quotas	1.500.000	1.500	-	-
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.500</b>	<b>1.452.017</b>	<b>1.452</b>

### 13. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional se refere à receita oriunda da venda da energia elétrica gerada pela Companhia.

## Resultados de 2025

	<b>R\$ mil</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de operações com energia elétrica – Partes relacionadas	-	1.863
Receita de operações com energia elétrica	1.792	-
Demais receitas e rendas	15	17
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>1.807</b>	<b>1.880</b>
<b>(-) Tributos sobre a receita</b>		
PIS	(12)	(10)
COFINS	(54)	(48)
ICMS	-	(302)
<b>Total dos tributos sobre a receita</b>	<b>(66)</b>	<b>(360)</b>
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>1.741</b>	<b>1.520</b>

## Resultados de 2025

### 14. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza de gastos	Ref.	Custos operacionais		Despesas operacionais	31/12/2025	31/12/2024
		Com energia elétrica	De operação			
Energia elétrica comprada para revenda	(a)	506	-	-	506	563
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(b)	108	-	-	108	104
Pessoal e Administradores	(c)	-	475	44	519	692
Materiais		-	19	-	19	28
Seguros		-	13	-	13	13
Depreciação		-	34	-	34	63
Serviços de terceiros	(d)	-	-	371	371	189
Arrendamentos e aluguéis		-	-	2	2	-
Tributos		-	-	2	2	7
Provisões	(e)	-	-	10	10	(68)
Gastos Diversos		-	-	53	53	92
<b>Total</b>		<b>614</b>	<b>541</b>	<b>482</b>	<b>1.637</b>	<b>1.683</b>

## Resultados de 2025

- (a) **Energia elétrica comprada para revenda:** Refere-se à comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (MCP), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- (b) **Encargos de transmissão, conexão e distribuição:** Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição, firmado com parte relacionada (Nota Explicativa nº 18).
- (c) **Pessoal e Administradores:** A composição dos custos de pessoal e administradores está demonstrada a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Remuneração	283	406
INSS	69	100
FGTS	18	25
Previdência privada	10	13
Rescisões	29	20
Auxílio alimentação	76	84
Outros benefícios	34	44
<b>Total</b>	<b>519</b>	<b>692</b>

- (d) **Serviços de terceiros:** A composição das despesas com serviços de terceiros está demonstrada a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Consultoria - Partes relacionadas	49	47
Consultoria	54	66
Assessoria jurídica	-	50
Auditoria	7	6
Manutenção	93	16
Atividades de <i>BackOffice</i> - CSC	126	-
Assistência Técnica	32	-
Outros	10	4
<b>Total</b>	<b>371</b>	<b>189</b>

- (e) **Provisões:** Refere-se às provisões e reversões do processo trabalhista nº 0000275-51.2019.5.17.0141 (Nota Explicativa nº 10.1).

### 15. Resultado financeiro

<b>Composição</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	25	49
Outras receitas financeiras	2	1
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>27</b>	<b>50</b>
Despesas financeiras		
Encargos sobre operações de mútuo	(42)	(27)
Outras despesas financeiras	(4)	(1)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(46)</b>	<b>(28)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(19)</b>	<b>22</b>

## Resultados de 2025

### 16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no regime do lucro presumido, considerando as seguintes premissas: (i) imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 mil trimestralmente; e (ii) contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a receita bruta auferida trimestralmente, acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia. A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, calculados com base no regime do lucro presumido, são demonstrados como segue:

Composição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Demonstração do cálculo dos tributos:</b>				
Receita de operações com energia elétrica	1.792	1.863	1.792	1.863
Percentual de presunção do lucro	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	143	149	215	224
(+) Demais receitas e rendas	42	67	42	67
(=) Base de Cálculo	185	216	257	291
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	28	33	23	27
Base de cálculo do adicional do IRPJ	-	-	-	-
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%	-	-
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	-	-	-	-
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	28	33	23	27
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>28</b>	<b>33</b>	<b>23</b>	<b>27</b>
IRPJ e CSLL corrente	28	33	23	27
<b>Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL</b>	<b>15,00%</b>	<b>15,46%</b>	<b>9,00%</b>	<b>9,00%</b>

### 17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

## Resultados de 2025

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Nível	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>		<b>411</b>	<b>542</b>	<b>411</b>	<b>542</b>
<b>Custo Amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	227	362	227	362
Clientes	2	152	180	152	180
Depósitos Judiciais	2	32	-	32	-
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>		<b>445</b>	<b>306</b>	<b>445</b>	<b>306</b>
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	111	5	111	5
Mútuos com partes relacionadas	2	334	301	334	301

## Resultados de 2025

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado.

### 17.2 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio.

Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio.

Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### 17.2.1 Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### 17.2.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

- **Contrapartes comerciais**

O risco de crédito da Companhia concentra-se na inadimplência de contrapartes comerciais. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total a receber encontrava-se dentro do prazo de vencimento. Cabe destacar que, em 2024, as operações de comercialização de energia eram realizadas integralmente com partes relacionadas.

- **Instituições financeiras**

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. Adicionalmente, todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que possuem características de renda fixa, atrelados ao CDI e não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

### 17.2.3 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 161 (R\$ 251 em 2024).

### 18. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Importância segurada	
		31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade civil de administradores e diretores	(a)	20.000	20.000
Risco operacional	(b)	2.296	2.319
Responsabilidade civil geral	(c)	3.000	-
<b>Total</b>		<b>25.296</b>	<b>22.319</b>

(a) **Responsabilidade civil de administradores e diretores:** Cobertura securitária para proteção de administradores e diretores da Companhia contra reclamações e ações judiciais decorrentes de atos ou omissões no exercício de suas funções, incluindo danos financeiros causados a terceiros, com vencimento em 29/10/2026.

(b) **Risco operacional:** Cobertura securitária das usinas de geração, com vencimento em 29/10/2026.

(c) **Responsabilidade civil geral:** Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia, com vencimento em 25/02/2026.

### 19. Saldo e transações entre partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Venda de Energia Elétrica	(a)	-	35	-	1.779
<b>Total - Venda de energia</b>			-	35	-	1.779
Santa Maria Consultoria e Gestão de Energia Ltda.	Prestação de serviços	(b)	(4)	-	(49)	(47)
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.		(e)	-	-	(7)	(6)
<b>Total - Prestação de serviços</b>			(4)	-	(56)	(53)
Santa Maria Participações S.A.	Mútuo	(c)	(334)	(301)	(33)	(23)
<b>Total - Mútuos</b>			(334)	(301)	(33)	(23)
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	Encargos de Transmissão	(d)	-	-	(112)	(106)
<b>Total - Encargos de transmissão</b>			-	-	(112)	(106)
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	Ordem de Dispendio a Repassar	(f)	(7)	(96)	-	-
<b>Total - Ordem de Dispendio a Repassar</b>			(7)	(96)	-	-
Santa Maria Participações S.A.	Atividades de BackOffice – CSC		(5)	-	(126)	-
<b>Total - Atividades de BackOffice – CSC</b>			(5)	-	(126)	-
<b>Total</b>			<b>(350)</b>	<b>(362)</b>	<b>(126)</b>	<b>1.597</b>

- a) Refere-se ao contrato de venda de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL (Nota Explicativa nº 5).
- b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de gerenciamento de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL.
- c) Refere-se aos contratos de mútuo firmados, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic.
- d) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição – MUSD.
- e) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.
- (f) O saldo de 2025 refere ao rateio de prêmios de seguro consolidados em uma única apólice. Em 2024 do saldo demonstrado R\$ 82 se refere ao valor a ser reembolsado à Empresa Luz e Força Santa Maria S.A referente ao processo trabalhista nº 0000275-51.2019.5.17.0141 (Nota Explicativa nº 10.1) e R\$ 14 (R\$ 7 em 2023) se refere ao rateio de prêmios de seguro.
- (g) Refere-se ao saldo de rateio de custos de atividades administrativas de *backoffice*, realizado por meio de Centro de Serviços Compartilhados (CSC), conforme contrato firmado entre as partes.

As transações, acima elencadas, seguem as práticas usuais de mercado e não há, para nenhuma delas, condições contratuais específicas por pertencerem ao mesmo grupo econômico.

\* \* \*

---

**ADMINISTRAÇÃO**

---

**Angelo Arpini Coutinho**  
Administrador

**Angelo André Bosi**  
Administrador

---

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

**CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes**

Os diretores e o contador da Companhia declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Forvis Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Colatina, 20 de março de 2026.

---

**ADMINISTRAÇÃO**

---

**Angelo Arpini Coutinho**  
Administrador

**Angelo André Bosi**  
Administrador

---

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda.  
Colatina - ES

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

*Marcelo Nogueira de Andrade*

Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ 086312/O-6